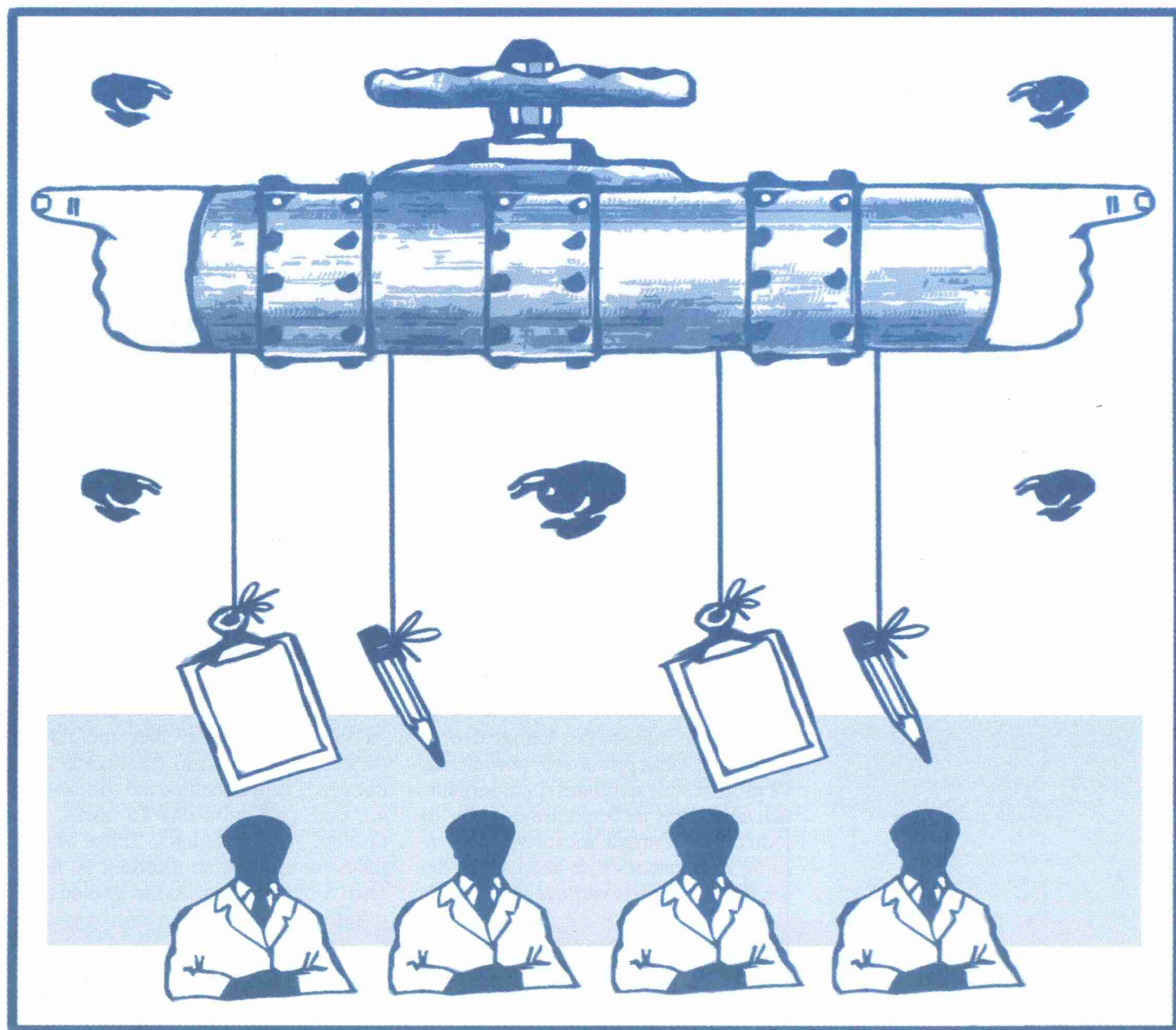


Rota de colisão

Privatização do Saneamento divide a base governista no Congresso

As manobras do governo federal para privatizar o setor de Saneamento Básico são tão grosseiras e danosas à sociedade que conseguiram desagradar a própria base de sustentação política de Fernando Henrique Cardoso, reunindo reações contrárias de seus próprios aliados e da oposição, além de outras forças políticas, como o Conselho Nacional de Saúde e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Como consequência, Fernando Henrique foi obrigado a retirar o prazo de urgência de 45 dias para a votação do projeto de lei 4.147/2001, que define os estados como poder concedente dos serviços de Saneamento nos municípios que não tenham em sua área geográfica sistemas completos de captação, tratamento e distribuição de água. Agora, a Câmara dos Deputados terá, necessariamente, de apreciar os projeto da oposição - que defende a manutenção da titularidade com os municípios - e o do governo federal - que "cassa" das prefeituras, de forma sutil e artilosa, a titularidade da concessão sobre o Setor, criando condições favoráveis à privatização do Saneamento.

PÁGINAS 4 E 5



PRECE: Estado não aceita a intervenção federal

O governador Anthony Garotinho decidiu se posicionar de maneira firme contra a intervenção do governo federal no órgão de previdência dos trabalhadores da CEDAE - a PRECE - e mandou o secretário de Saneamento, Luiz Henrique Lima, negociar diretamente com o ministro da Previdência, Roberto Brandt, a suspensão da medida. O secretário garantiu que a CEDAE não está em dívida com a PRECE. "Somente nos meses de janeiro e fe-

vereiro, a Companhia repassou ao fundo R\$ 17 milhões". A situação da mantenedora é regular, conforme mostra seu balanço do último exercício, que registrou superávit de R\$ 29 milhões. Para a ASEAC, a decisão é mais uma manobra do governo federal para desgastar a CEDAE junto à opinião pública, de maneira a obter apoio ao seu projeto de privatização das companhias de Saneamento.

PÁGINAS 3 E 8

Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo
1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 263-6240
Telefax: 253-7482
Internet: aseac1@ism.com.br
Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César Oliveira Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Flávio José Soares de Moura
Diretor Técnico
Claudino Victor R. E. Santo
Diretor Social
César Lima da Graça
Diretor Jurídico
Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto
Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
Luziete Francisca da Silva
Advogados
Sueli Kolling Turano
Aposentados
Maria Christina Piragibe
Maria Carmem M. Almeida
Nelson Martins Portugal
Armando Costa Vieira
Edison Bittencourt Rosa
Arquitetos
Marilusa de Andrade da Fonseca
Sócios Aspirantes
Wagner Gonçalves Mondego
Demais Categorias
Antonio Bastos de Oliveira
Economistas
Firmino Gustavo Gameleira
Engenheiros
Daisy Cristina de A. Menezes
Sidney do Valle Costa
Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
Bittencourt de Oliveira, Emy
Guimarães de Lemos, João Carlos do
Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
Santo e Carlos Henrique Soares de
Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José
Alberto Burd e Gerson Pereira L.
Nascimento. Suplentes: Antônio
Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
Leitão e Leon Ambram

Produção e Edição
Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-2461/524-0890
planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável
Anne Raquel Sampaio
MTB: 13.773 / RJ

Diagramação e Arte
J. Paulo

Edição de Fevereiro de 2001
Tiragem: 2.000 exemplares

Saneamento está de luto

Idealista e guerreira, assim era Taninha

Tânia Magalhães. Conheci a Taninha, como costumava chamá-la, como jornalista, como militante política, como gente. É, Taninha era acima de tudo gente. E foi este fato que fez com que eu, quando a conheci, por volta de 1986, me identificasse tanto com ela. Entre mim e ela nasceu uma amizade grande, uma identidade política, uma identidade de ideais, uma identidade de gente, que reconhece gente.

Tânia era idealista, alto astral e marcou com a sua garra o Setor de Saneamento Básico brasileiro, onde militou através da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - por mais de 15 anos.

Incansável, inovadora, participou da elaboração de diversos Catálogos Brasileiros de Engenharia Sanitária - CABES - maior referência do Setor em todo o País. Com uma facilidade de escrever fora do comum, Taninha enriquecia, com informações apuradas através de suas diversas fontes e da Internet, o Setor de Saneamento Básico brasileiro. Tânia se encantou pelo Setor e mergulhou a fundo em sua análise. No Congresso da ABES de Natal, promoveu, por iniciativa própria, um seminário para jornalistas, assessores de imprensa do setor de todo o País. Furona, incansável na busca de informações e de análises do Setor, Tânia era uma verdadeira guerreira - que não descansava na luta pela preservação do Saneamento Público.

Tânia nasceu com uma estrutura física frágil, mas apesar disso se superou por diversas vezes. Nunca se deixou abater ou desistiu das causas que abra-

çou. Com um espírito altruísta grande, vivia sempre disposta a se dar a todos, a se dar as causas nas quais acreditava.

Aliás, Tânia sempre deu muito de si às causas políticas e sociais em que esteve envolvida - muitas vezes deixando a si própria de lado. E mais do que ninguém, ela acreditou na causa do Saneamento Público. Foi uma incansável batalhadora, uma guerreira - que, em um primeiro momento, utilizou como armas a caneta, o papel, a máquina de escrever e o fax. Mais tarde, o computador - onde depois de virar mestre na utilização do equipamento - o transformou em uma grande ferramenta para divulgar a causa do Saneamento Público.

Tudo o que Tânia fazia era intenso demais. Ela foi minha assessora direta por quatro anos, enquanto esti ve na presidência da ABES. Foi um tempo bom, onde brigamos juntos pelos nossos ideais políticos, onde lutamos pelo Saneamento Público.

Batalhadora, Tânia morreu, vítima de um câncer que a perseguiu durante anos. Para se ter uma idéia da sua força de vontade, basta saber que, no dia de sua morte, mesmo fragilizada pela doença, Tânia trabalhou até o meio-dia, até que, por volta das 16 horas, nos deixou. Jovem demais, Tania Magalhães foi embora no último 2 de fevereiro. Foi uma perda muito grande para o Setor de Saneamento Básico e para todos nós, seus amigos.

Temos saudades, Tânia.

Clóvis Nascimento
Engenheiro da CEDAE



Com uma facilidade de escrever fora do comum, Tânia enriquecia, com informações apuradas através de suas diversas fontes e da Internet, o Setor de Saneamento Básico brasileiro

**A ASEAC também lamenta a morte da
companheira Ita Chama Orleam Branca, presidente
do Sindicato dos Administradores. Ita morreu em
dezembro do ano passado, vítima de câncer.**

ASEAC reage e condena intervenção na PRECE

Balanço de 2000 mostra que o fundo de Previdência é superavitário

A CEDAE e o governo do Estado já estão se articulando para tentar, em conjunto, reverter a intervenção do governo federal no fundo de previdência complementar dos trabalhadores da companhia - a PRECE - decretada no dia 8 de março, sob a alegação de que a empresa deve R\$ 225 milhões ao fundo de pensão e não paga.

Além de precipitada e açodada, a intervenção federal na PRECE foi interpretada pelo presidente da ASEAC, Dario Mondego, como mais uma manobra do governo FHC para tentar afetar a credibilidade da CEDAE e da PRECE e, com isso, obter apoio da opinião pública ao projeto de privatização das companhias estaduais de Saneamento, entre as quais a do Rio de Janeiro.

O governador Anthony Garotinho já manifestou, através da imprensa, a sua intenção de negociar diretamente com o ministro da Previdência, Roberto Brant, a suspensão da intervenção na PRECE. Segundo o secretário de Saneamento do Estado, Luiz Henrique Lima, o governo estadual quer apresentar documentos ao ministro, provando que a CEDAE vem pagando sua dívida. Ele acrescentou que, somente nos meses de janeiro e fevereiro, a empresa repassou ao fundo de pensão R\$ 17 milhões e, com isso, os pagamentos estão em dia até o início do mês de abril.

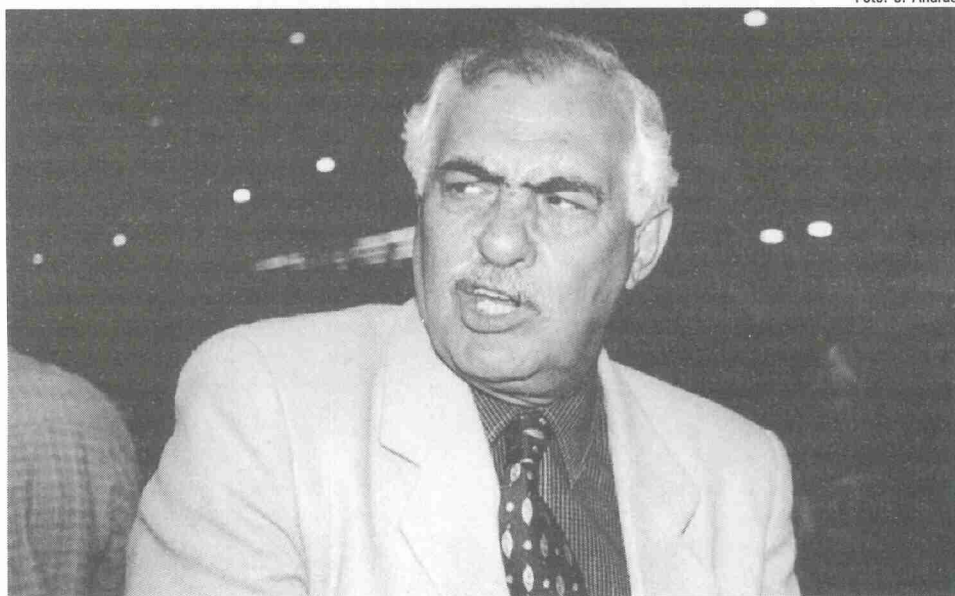


Foto: J. Andrade

Dario: mais uma manobra do governo para desgastar a PRECE e a CEDAE

Enquanto não ocorre uma solução para o impasse, o economista José Carlos Augusto Luxo, vai administrar a PRECE como interventor, nomeado pelo governo federal com a incumbência de receber da CEDAE a dívida de R\$ 225 milhões. O ministério da Previdência justifica a intervenção alegando que a dívida da CEDAE com a previdência privada dos empregados da Companhia já teria sido renegociada por duas vezes, mas, apesar disso, a CEDAE não teria cumprido os acordos e nem os ad-

ministradores do fundo procuraram a Justiça para cobrar à empresa. Contudo, fontes da Companhia garantem que a dívida da CEDAE com o fundo de previdência já foi integralmente equacionada, todos os fornecedores do fundo estão com seus pagamentos em dia e os participantes estão recebendo regularmente e pontualmente os seus benefícios. E confirmam a informação de que a empresa já repassou à PRECE este ano R\$ 17 milhões a título de cumprimento do acordo para pagamento do débito.

Segundo a mesma fonte, o fundo de Previdência dos trabalhadores da CEDAE não é deficitário, fechou o balanço de 2000 com um superávit de R\$ 29 milhões e, portanto, essa intervenção federal não se justifica.

O presidente da ASEAC tem a mesma opinião. Para ele, "não há como justificar essa intervenção, a não ser pela precipitação de um ministro interino da Previdência - José Cechin". Dario Mondego reafirmou que a PRECE não está deficitária e nem deixou de cumprir seus compromissos junto a fornecedores e beneficiários. A intervenção na PRECE demonstra que o discurso de FHC de prioridade social é uma falácia. Isto porque, ele trata os idosos como se fossem "coisas descartáveis". Aliás, em função dessa postura do governo FHC, a ASEAC vem recebendo telefonemas de várias pessoas, preocupadas com o risco de o governo dissolver a PRECE, "o que seria um grande absurdo com pessoas que trabalharam e contribuíram durante toda a sua vida para ter um complemento de renda na aposentadoria. Agora são surpreendidas com isso". E é mais absurdo ainda porque a dívida da CEDAE com a PRECE já começou a ser paga e, portanto, a alegação do governo federal de que o acordo entre a empresa estadual e o fundo de pensão não está sendo cumprido é inverídica", concluiu.

Nota da ASEAC exige o fim da intervenção

A ASEAC divulgou uma nota oficial instando o governo federal a suspensão imediata da intervenção na PRECE e manifestou publicamente sua confiança nos engenheiros, economistas, sindicalistas e técnicos que dirigem fundo de previdência complementar dos empregados da CEDAE.

De acordo com o documento, "a intervenção foi de uma precipitação tão evidente que o ministro interino ignorou, inclusive, o prazo estabelecido de 30 dias pela fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) que só terminaria no dia 16 de março. Antes desse prazo, dentro do qual a PRECE

deveria analisar e justificar alguns aspectos levantados pela fiscalização. Antes disso não poderia haver nenhuma intervenção". A nota acrescenta que a situação real da PRECE, não obstante a dívida existente da mantenedora, é de regularidade e atendimento pleno de seus compromissos estatutários:

- Estão sendo cumpridos todos os pagamentos referentes aos aposentados e pensionistas;
- Todos os tributos estão em dia;
- Todos os fornecedores são pagos na data do vencimento;
- Seus empregados vêm percebendo seus salários rigorosamente nos prazos.

te nos prazos.

Conforme demonstra seu balanço relativo ao último exercício (2000), a entidade registrou um superávit da ordem de R\$ 29 milhões, confirmando a política adotada em 1999, quando já ocorrera superávit de R\$ 15,9 milhões. Segundo esclarece ainda a nota da ASEAC, a dívida da CEDAE com a prece - que começou em 1995, com o governo anterior - recebeu outro tratamento no governo atual. A atual administração reconheceu formalmente a dívida e, a partir de 2001, vem honrando tudo aquilo que havia sido acordado para a sua liquidação.

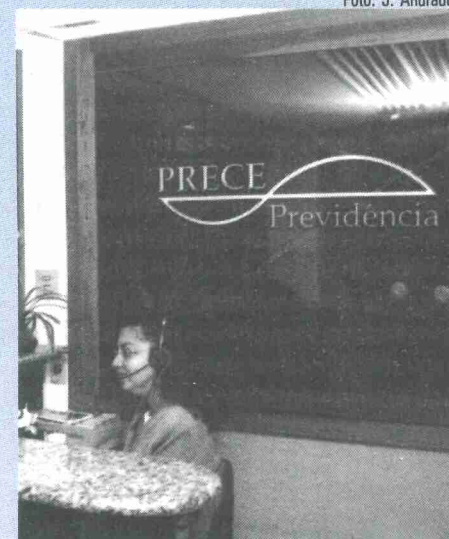


Foto: J. Andrade

IMPASSE EM BR

Privatização do Saneamento não convence nem mesmo a base governista e faz proposta de F

SÔNIA CARNEIRO, DE BRASÍLIA

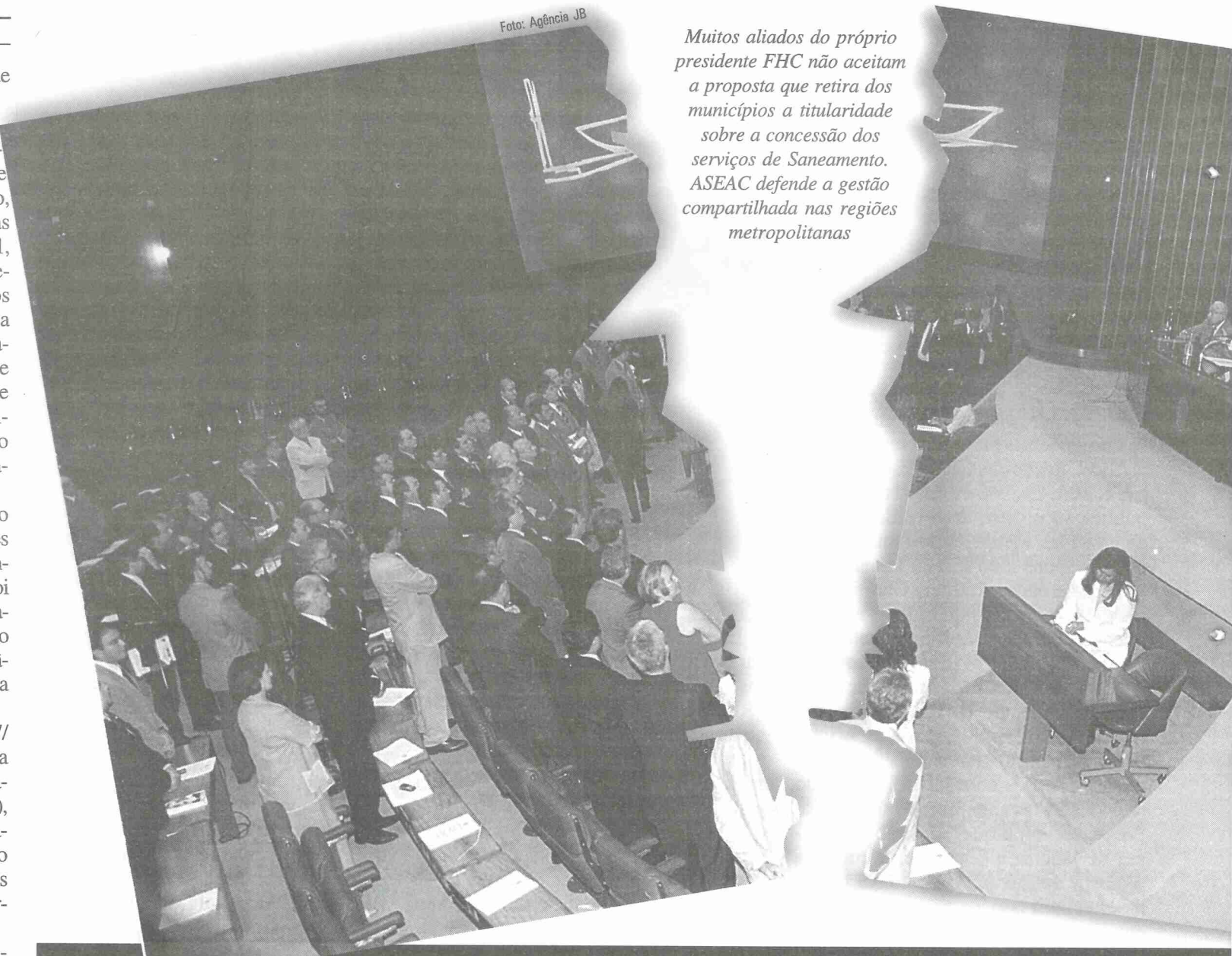
Pressionado pelo Conselho Nacional de Saúde, pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - além de diversas outras forças políticas, inclusive de sua base governista, o presidente Fernando Henrique Cardoso concordou, no início de março, em retirar o prazo de urgência de 45 dias para a votação do projeto de lei 4.147/2001, que define os estados como poder concedente dos serviços de Saneamento nos municípios que não tenham em sua área geográfica sistemas completos de captação, tratamento e distribuição de água. De forma sutil e artilosa, por este projeto de lei, o governo federal "cassa" das prefeituras a titularidade da concessão sobre o Setor e cria condições favoráveis à privatização do Saneamento.

Embora o próprio líder do governo no Câmara dos Deputados, Jutahy Magalhães Junior (PSDB/BA), tenha anunciado a intenção do governo FHC, esta ainda não foi formalizada oficialmente - pois em contrapartida à retirada do regime de urgência, o Palácio do Planalto está exigindo que a Câmara dos Deputados defina uma data fixa para a votação de sua proposta.

O interessante é que, como o PL 4.147/2001 entrou apensado (anexado) à proposta dos partidos de oposição (que defende a manutenção da titularidade com os municípios), a Câmara dos Deputados terá, necessariamente, de apreciar os dois projetos juntos - o da oposição, apresentada pelos deputados Sérgio Novais (PSB-CE) e Maria do Carmo Lara (PT-MG) - e o do governo.

A retirada do pedido de urgência foi considerada uma vitória e comemorada pelo grupo de parlamentares que, há dois anos, se organiza para garantir a autonomia municipal. Se a urgência fosse mantida, o projeto seria votado, obrigatoriamente, no dia 7 de abril. "Seria um golpe contra o Congresso Nacional. Os 45 dias do prazo seriam contados de forma corrida, incluindo os feriados e até o Carnaval. Agora, vamos ter mais tempo para discutir uma alternativa", disse a deputada Maria do Carmo - uma das coordenadoras da Frente Parlamentar pelo Saneamento e relatora dos trabalhos da Conferência Nacional de Saneamento, realizada em outubro de 1999, pela subcomissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. A proposta alternativa dos deputados mantém integralmente a autonomia dos municípios para legislar sobre os serviços de Saneamento e tem chances de ser aprovada, garantem vários deputados.

Foto: Agência JB



Muitos aliados do próprio presidente FHC não aceitam a proposta que retira dos municípios a titularidade sobre a concessão dos serviços de Saneamento. ASEAC defende a gestão compartilhada nas regiões metropolitanas

Autonomia municipal não pode ser revogada

O carro-chefe da mobilização oposicionista é justamente mostrar a inconstitucionalidade e os vícios jurídicos do projeto do governo. Um relatório preparado pela assessora jurídica da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE - Tania Nahum, serve de bíblia para o movimento em prol da derrubada da proposta governista. Segundo o parecer da jurista, o projeto do governo é inconstitucional, pois altera da titularidade concedida aos municípios, o que só poderia ocorrer através de emenda constitucional. Tânia explicou que a autonomia municipal foi uma conquista da Constituição de 1988 e não pode ser

revogada por projeto de lei:

"Uma das maiores inconstitucionalidades deste projeto de lei refere-se à cassação da titularidade sobre a prestação dos serviços de saneamento. A perda do poder autônomo dos municípios de gerir e tomar decisões sobre questões locais e a perda de receita, remetendo-a para a iniciativa privada, contraria os artigos 18 e 29 da Carta Magna que rege a autonomia dos municípios. O município é reconhecido pela sua autonomia política e capacidade de auto-organização".

Ao citar o entendimento do jurista José Afonso da Silva, publicado no livro "Curso de Direito Constitucional

Positivo", Tania Nahum afirma que, na opinião do jurista, as normas constitucionais instituidoras da autonomia federal dirigem-se diretamente aos municípios, a partir da Constituição de 1988 - que lhes dá poder sobre a organização e competências exclusivas. Isso significa dizer que a ingerência dos estados nos assuntos municipais ficou limitada a aspectos estritamente indicados na Constituição, como por exemplo os referentes à criação, incorporação, fusão e ao desmembramento de municípios e à intervenção.

"Por isso não podemos admitir que uma simples lei ordinária, pretenciosamente arrogante e autoritária, venha

cassa
serviç
mesm
resse
ses ca
técnic
dades
tação
peitad
petên

verno
nizaç
atravé
inden
o outr
traçia

ASÍLIA

HC dançar na corda bamba do Congresso

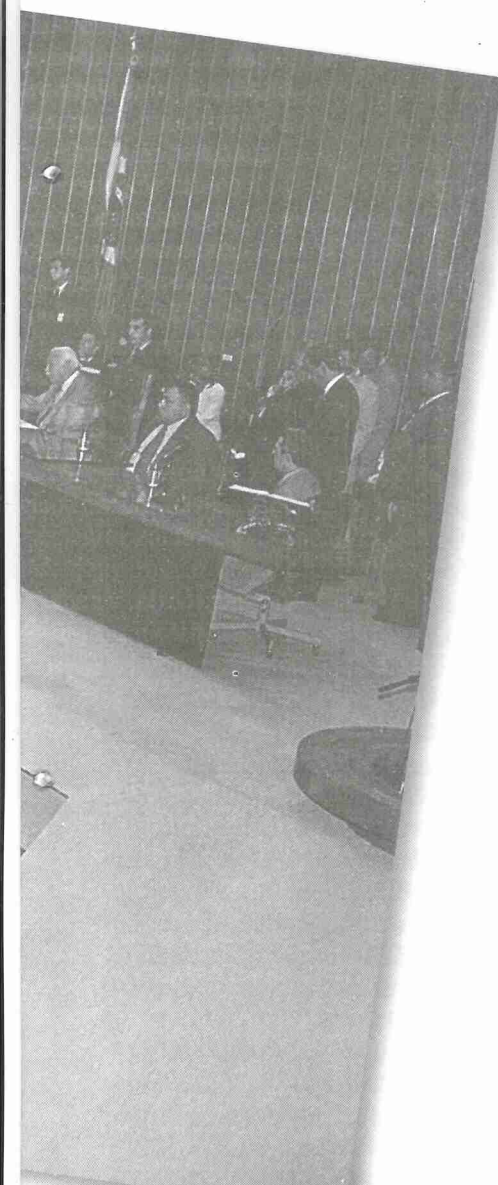


Foto: Arquivo



Oposição quer derrubar projeto de FHC

Foto: Arquivo



Álvaro Dias (PSDB) defende plebiscito

por projeto de lei

a autonomia municipal sobre os locais de Saneamento - nem o se forem considerados de intocomum”, afirma Tania. Para esses, pode-se estudar alternativas de compartilhamento das unidades operacionais para a efetiva prestação de serviços de Saneamento, ressaltando a autonomia municipal e a competência constitucional dos estados.

Outras críticas ao projeto do governo referem-se ao capítulo das indenizações, onde a União estabelece, por meio de lei ordinária, as formas de indenização de um ente federado para o qual, com critérios próprios que contemplam toda a legislação vigente, esta-

belece até valores a serem depositados previamente num ato de “absoluta intervenção” sobre os entes federados autônomos.

Além disso, as tarifas propostas no projeto de FHC mostram que a cobrança pela prestação dos serviços de Saneamento deixa de ser relativa a um serviço essencial para se tornar uma mera transação comercial, cobrada através de faturas de água - que nada mais é que um título executivo, sujeito às normas do Código Civil.

“E tudo isso sem qualquer participação ou manifestação do poder concedente, qual seja, o município”, finalizou Tania.

Oposição se articula para derrubar projeto

Nas últimas eleições, aumentou de forma significativa o número de deputados ex-prefeitos que estão engrossando a Frente Parlamentar do Saneamento, apesar de muitos serem da base governista. “Este número pode crescer ainda mais”, afirma o deputado Sérgio Novais (PSB/CE), que acredita na possibilidade de derrubada da proposta do governo. “Todos estão muito desencantados com os resultados das privatizações. E não há nada que garanta o sucesso da privatização numa área tão sensível, como a do Saneamento Básico”.

Também a petista Maria do Carmo Lara acredita na possibilidade de derrubar a proposta de FHC, que não é consenso nem na base governista. “Além disso, há uma grande mobilização nacional contra a privatização do Setor. Nós, da Frente Nacional do Saneamento - que conta com mais de uma centena de parlamentares - enviamos correspondência para todos os prefeitos, além de percorrer gabinetes, promover palestras e debates em todo o país”.

Por sua vez, explicou Maria do Carmo, a própria OAB - mandou uma moção ao presidente da República condenando a urgência e a privatização do Setor. “O Conselho Nacional de Saúde também está nos apoiando e esperamos que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - siga o seu exemplo e se manifeste contra a privatização do Saneamento”.

O projeto alternativo das oposições já conta com apoio de todos os partidos oposicionistas, menos o PPS, que deseja fechar questão na proposta do senador Paulo Hartung, do Espírito Santo (ex-PSDB, atual PPS), que, apesar de sugerir alterações na proposta do governo permite a privatização do Setor. Aliás, foi o próprio presidente do PPS, senador Roberto Freire (PE), que levou um pedido oficial ao palácio do Planalto para a retirada do pedido de urgência. Roberto Freire informou que deseja ampliar a discussão da proposta governamental mas não deu apoio à proposta alternativa das oposições, uma vez que seu partido já tem uma proposta.

A negociação sobre a questão do Saneamento está se iniciando na Câmara Federal dos Deputados com a criação de uma comissão mista e novos prazos de debate. Fatores, como a crise sem proporções que os líderes da base aliada estão passando, em consequência dos problemas mal resolvidos provocados pelo descontentamento do PFL com as eleições dos novos presidentes da Câmara, deputado Aécio Neves do (PSDB-MG), e senador Jader Barbalho (PMDB-PA), para o Senado, podem ajudar a oposição a impedir a aprovação do projeto do governo - que facilita de imediato a privatização do Setor de Saneamento nas Regiões Metropolitanas.

Na avaliação do líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), a atual conjuntura

política possibilita uma margem maior de negociação para derrotar o projeto do governo. O deputado acredita ainda que “muitos votos importantes da base aliada virão ajudar as oposições nesta questão”, frisou o deputado.

Na verdade, a discussão da questão é complicada até mesmo no partido do presidente FHC. Por exemplo, embora o novo presidente da Câmara tenha apoiado a retirada do pedido de urgência do projeto de governo, ele afirma ser favorável à sua aprovação. Segundo o deputado Aécio Neves, em momento algum o projeto fala em privatização e mantém a titularidade dos municípios, determinando a possibilidade de estadualização dos serviços somente quando se tratar de Região Metropolitana.

Por sua vez, o Senador Álvaro Dias (PR), também do PSDB, mantém o seu posicionamento contra a privatização de um setor estratégico como o de Saneamento Básico. Fazendo sérias críticas a privatização da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Álvaro Dias mantém a sua proposta de fazer um plebiscito nacional para decidir o futuro das empresa de Saneamento que o governo federal quer privatizar.

Contrários ao posicionamento do senador pessedebista, todos os líderes dos partidos da base governista foram sensíveis à retirada da urgência mas não se mostram contrários à privatização do Saneamento. O líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães Júnior (BA) foi o primeiro a apoiar a retirada da urgência. Ele é a favor de ampliar o debate, assim como o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), e o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que é médico e sabe das consequências da falta do Saneamento Básico para a saúde. Da mesma forma, o líder do PPB, Odelmo Leão (MG), acha que a proposta do governo tem que ser melhor debatida. Mas todos argumentam que a proposta do governo não acaba com a titularidade dos municípios e ainda prevê uma indenização por parte dos Estados aos Municípios que perderem a titularidade, e por isso não consideram a proposta inconstitucional.

A maior crítica e preocupação das lideranças, tanto na Câmara quanto no Senado, é o fato de o projeto não incluir como Saneamento Básico os resíduos sólidos (lixo) e a drenagem urbana, além do controle de vetores, que precisam da atenção do Poder Público, tanto quanto a água e o esgotamento sanitário. “Como a drenagem não envolve a cobrança de tarifas, não desperta o interesse econômico das empresas privadas”, avalia o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE). “A água é um bem essencial à vida e à comunidade e não pode ser privatizada ou servir como meio de lucro, a exemplo do que já aconteceu com a energia elétrica e a telefonia”, afirmou o deputado cearense, que apóia o projeto alternativo de Maria do Carmo e Novaes.

Experiência nefasta

Para a sociedade, sobraram tarifas mais altas e menor qualidade nos serviços

Um exemplo prático dos efeitos nefastos da privatização do Setor de Saneamento Básico é o que está ocorrendo em Manaus, onde a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas - COSAMA - foi privatizada, no ano passado, com recursos e subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Segundo o deputado estadual Heron Bezerra, do PC do B, um ano antes, o governo estadual havia apresentado à Assembléia Legislativa do Estado documentos onde afirmava que o patrimônio da Empresa era de R\$ 480 milhões.

Estranhamente, na hora do leilão, o BNDES fixou o preço de venda da COSAMA em R\$ 183 milhões, sendo que esta foi vendida por R\$ 193 milhões, com um ágio de 5%. Para evitar que o passivo trabalhista da empresa estadual - da ordem de R\$ 600 milhões - fosse transferido para a iniciativa privada, o governo criou a Companhia Águas do Amazonas - que foi vendida para o grupo francês Lyonnaise des Eaux - e manteve a COSAMA - que perdeu a sua arrecadação, mas ficou com o passivo trabalhista de R\$ 600 milhões e outros prejuízos.

Além do prejuízo financeiro, a privatização da COSAMA provocou também a queda da qualidade dos serviços de Saneamento no Estado. A denúncia é da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que está revoltada com os resultados da privatização da Empresa, após alguns meses de sua venda. No último dia 13 de março, na tribuna da Câmara dos Deputados, a parlamentar exibiu fotografias de jornais amazonenses mostrando a população de Manaus apanhando água em torneiras de poços artesianos. Vanessa condenou a privatização do Setor, ao explicar que, apesar de estar no estado que tem mais água em todo o Planeta, a capital do Amazonas, Manaus, tem ficado sem água em suas torneiras por vários dias.

Deboche

Durante o protesto na Câmara Federal, a deputada classificou como "irônica" e "desrespeitosa" a entrevista do diretor-geral da Companhia Águas do Amazonas, empresa francesa pertencente ao grupo Lyonnaise des Eaux, que adquiriu o controle da ex-estatal COSAMA. Segundo a



Foto: Arquivo

O Amazonas - uma das maiores concentrações de água do planeta - já sofre com crises no abastecimento, depois que o sistema de Saneamento foi entregue a Lyonnaise Des Eaux

parlamentar, o diretor da Empresa disse que o desabastecimento de Manaus foi uma fatalidade: "Ora, dizer que acidentes desse porte ocorrem por fatalidade é um desrespeito desse executivo, que sequer fala português, e sim um francês carregado. Ele deveria zombar menos dos manauaras que estão sofrendo com a falta de água e cuidar de amenizar o problema e os sofrimento da população", cobrou Vanessa. "O executivo

deveria vir a público assumir o que sua companhia fez no período pós-privatização, quando demitiu centenas de empregados", criticou a deputada.

A parlamentar relatou ainda que, não satisfeita com as demissões de técnicos qualificados que tinham uma vida inteira de serviços prestados à antiga estatal COSAMA, a Lyonnaise des Eaux mandou vir do exterior - Uruguai, Argentina e países da Europa, inclusive a França - grande parte dos dirigentes da

empresa, o que também representa um desrespeito aos técnicos brasileiros, particularmente, do estado do Amazonas. "Nunca na história do Amazonas, que possui um dos maiores mananciais do planeta, houve falta de água por uma semana em Manaus. Isso é um absurdo e mostra o fruto da privatização que tantos decantam como sendo uma maravilha", acrescentou a deputada.

"Na prática, a privatização encarece o preço e expõe a população à queda da qualidade dos serviços de Saneamento", denunciou a deputada, afirmando que já enviou denúncia ao Ministério Público exigindo a devolução de cada centavo pago pela população à multinacional francesa, por reparação de danos. "Quem sabe, assim, conseguimos reverter esta situação, e a COSAMA volte a ser um patrimônio público", concluiu a deputada federal.

Para o deputado Sérgio Novais (PSDB/CE), o principal problema da privatização dos serviços públicos é com certeza a elevação de tarifas. Na Argentina, o aumento foi de 300% após a privatização do setor. Em Cochabamba, cidade da Bolívia de 600 mil habitantes, os protestos nas ruas contra o aumento de preços foram tantos que o governo teve que voltar atrás. Na Argentina, na Província de Tucumã, a população reclama, além da deficiência do serviço, de que "os empresários do setor não aplicam recursos próprios e se utilizam das tarifas para cumprir metas de investimento", disse o deputado. Na Inglaterra, no governo Thatcher, a elevação das tarifas, após a privatização do Saneamento, foi de 100%, e a empresa privada não cumpriu as suas metas, tanto que o governo britânico foi obrigado a adotar medidas fiscais contra o Setor.

No Brasil, Sérgio Novais teme que uma das primeiras consequências da privatização do Saneamento seja o fim da tarifa social da água, que hoje é de R\$ 0,25 por metro cúbico (em média) em todo o País, enquanto os padrões internacionais apontam para tarifas de US\$ 6 o metro cúbico. "Por isso é fácil entender a avidez das empresas privadas", informou o deputado. A tarifa média cobrada pelas companhias estaduais varia entre US\$ 1 a US\$ 2, e já com muito impacto na economia popular.

Deputada garante que “Saneamento dá voto”

Foto: Divulgação



Aos 46 anos, ex-prefeita de Betim (MG), Maria do Carmo apostou nas obras de Saneamento Básico durante sua gestão e conseguiu elevar de 25% para 75% os índices de coleta de esgoto e para 95% o abastecimento de água. Através de investimentos no Setor, Maria do Carmo reduziu em 41% os índices de mortalidade infantil em seu município. “Conseguimos diminuir de forma radical os casos de verminose nas crianças com o tratamento da água e a retirada do esgoto das ruas”, revelou Maria do Carmo, afirmando que, ao contrário do que muitos dizem, “Saneamento dá votos”.

Jornal da ASEAC - Por quê a senhora se envolveu na luta pela derrubada do projeto do governo?

Maria do Carmo - Porque ela é a antítese de uma tendência brasileira de descentralização das ações governamentais em todos níveis. Esta proposta - que prevê a concentração de tarifas e a decisão sobre o Saneamento no âmbito dos estados e da União - representa um retrocesso. O exemplo disso é o que ocorre hoje na educação e na saúde, que buscam eficiência justamente na gestão descentralizada, na gestão municipal. O governo FHC quer inverter um processo que está dando certo.

J.A. - Setores do governo alegam que o PL 4.147/2001 não define ou mesmo defende a privatização do Setor. Qual a sua opinião sobre a questão?

Maria do Carmo - Apresentamos nosso projeto à Câmara dos Deputados em abril de 2000 e, desde então, não houve nenhuma discussão na casa. Agora, o governo entra com outro projeto - que retira dos municípios autonomia até para fazer convênios com as companhias estaduais, como ocorre hoje. Ora, para nós está muito claro, o caminho da privatização está aí. É mais fácil negociar com 27 estados do que com cinco mil municípios.

J.A. - A alegação do governo federal é de que a privatização vai permitir a universalização dos serviços de Saneamento até 2010...

Maria do Carmo - Nenhuma privatização universalizou serviços até agora. Pelo contrário, as empresas privadas ficam com os lucros e não fazem quaisquer investimentos na periferias, onde moram as populações mais pobres. Água é vida, se o governo continuar a insistir

nesta política suicida vai acabar também entregando o solo brasileiro para estas empresas multinacionais.

J.A. - E nos países desenvolvidos, como é encarado o problema?

Maria do Carmo - Como a água é um bem indispensável à vida, além de estratégico, o Saneamento não pode servir como meio de lucro, a exemplo do que já aconteceu com a energia elétrica e a telefonia. Na maioria dos países desenvolvidos, o Saneamento é uma questão pública, devido à sua importância para a saúde da população, o desenvolvimento da economia, a urbanização das cidades e a proteção do meio ambiente. Nos Estados Unidos, é responsabilidade do Exército cuidar das fontes de abastecimento, da água.

J.A. - E como está a mobilização pela derrubada do projeto do governo?

Maria do Carmo - A Frente Nacional de Saneamento e as entidades do setor estão bastante mobilizadas. Mais de uma centena de parlamentares já fazem parte da Frente. Estamos enviando cartas para os prefeitos e já conseguimos apoio da OAB,

do Conselho de Saúde, e estamos correndo atrás do apoio da CNBB. Temos a vantagem de que a questão não é consenso na base do governo. Nas oposições, somente o PPS tem proposta diferente - que é a do senador Paulo Hartung (ES). Mas a posição contra a privatização é unânime entre os outros partidos. Contamos com o PSB e com o PCdoB. Estamos fazendo levantamento de todos os que foram ex-prefeitos na base do governo e já conseguimos apoios de deputados do PMDB, PSDB e PFL. Muitos não aceitam o projeto do governo do jeito que está.

J.A. - Os novos presidentes da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB/MG) e do Senado, Jader Barbalho (PMDB/PA), fizeram campanha apontando falhas nas privatizações. É possível contar com a ajuda deles para derrubar o projeto do governo?

Maria do Carmo - Estamos esperando contar com o apoio deles, mas não temos muita ilusão. Tínhamos conseguido para o dia 15 de março a criação de uma Comissão Geral para discutir a questão, mas o presidente da Câmara, Aécio Neves, rejeitou a proposta. Mas, foi simpático ao

pedido de retirada da urgência. Agora, é claro, vamos cobrar dele o cumprimento de sua promessa de lutar por uma maior autonomia do Legislativo.

J.A. - As dificuldades para financiar o setor e o endividamento das prefeituras reforçam os argumentos privatistas?

Maria do Carmo - Há mais de cinco anos, o governo federal tem se negado a investir recursos da União na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, através da ampliação dos serviços de Saneamento. FHC tem preferido usar o dinheiro que existe para o pagamento da dívida pública, ao invés de financiar o setor social. Com essa atitude, ele mostra desrespeito à cidadania, pois sabemos que nenhuma empresa privada, e apenas o Poder Público vai investir seus recursos para fazer com que o Saneamento Básico beneficie os moradores das favelas, das periferias e das áreas rurais. O interessante é que estes recursos estão liberados para as empresas privadas.

J.A. - Em seu estado, Minas Gerais, há um surto de febre amarela. A volta da doença tem a ver com a falta de Saneamento Básico?

Maria do Carmo - As precárias condições de Saneamento facilitaram, principalmente nos centros urbanos, a volta de doenças endêmicas, como a febre amarela e a dengue. Não temos esgoto coletado e tratado na maioria dos centros urbanos. Brasília, capital federal, só tem coleta de esgoto na capital, nas cidades satélites, não. Belo Horizonte, que é uma cidade com bom índice de coleta de esgoto em relação ao resto do país, tem 300 mil habitantes sem sistema de coleta. Em Recife, 600 mil pessoas vivem em vilas e na periferia sem coleta de esgoto.

Água é um bem indispensável à vida. Saneamento Básico não pode servir como meio de lucro do setor privado

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Foto: J. Andrade

Em respeito aos seus mais de 13.000 participantes e assistidos e a todos os parceiros que fazem da PRECE o 47º Fundo de Pensão do País, tendo inclusive fechado seu balanço de 2000 com um superávit técnico acumulado de mais de R\$ 29.000.000,00, cumpre-nos informar a realidade dos fatos a respeito da operação realizada com as ações da CEG, em leilão público, na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), em 29 de janeiro do corrente ano, fato este que tem sido alvo de notícias em jornais do Rio de Janeiro, a partir de **23 de janeiro de 2001** (Informe JB-JORNAL DO BRASIL).

As fortes oscilações ocorridas com estas ações em dias posteriores à referida operação de venda deixaram perplexos os administradores da Entidade, que, para garantir toda a transparência e idoneidade que sempre pautaram todas as suas decisões, fizeram protocolar, em **15 de fevereiro de 2001**, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM - a carta CT. PRES n.º 80/2001, mencionando, detalhadamente, os fatos que passamos a relatar de maneira sucinta:

■ As ações da CEG foram adquiridas pela PRECE, em dezembro de 1997, após a privatização daquela Companhia e, posteriormente, em julho de 98.

■ Desde aquela data, não ocorreram quaisquer negócios relevantes em Bolsa com essas ações.

■ O valor último contabilizado pela PRECE para cada lote de 1.000 ações é de R\$ 3,34 (três reais e trinta e quatro centavos), sendo este o valor patrimonial registrado no Balanço da CEG do terceiro trimestre de 2000. Este método atende ao disposto na Portaria MPAS 4.858, de 26/11/1999.

■ A PRECE manteve sua posição adquirida em relação a essas ações por falta absoluta de liquidez, ou seja, não existiam interessados em pagar um valor mínimo esperado, embora seu Comitê de Investimentos, já em 18/11/1999, houvesse manifestado o interesse pela troca de posição em relação às ações da CEG.

■ Em janeiro de 2001, em continuidade à sua prospecção de possíveis interessados, a PRECE teve contato com corretora de valores que ofertava o valor de R\$ 1,39 (hum real e trinta e nove centavos) pelo lote de 1.000 ações.

■ Para certificar-se da atual condição de mercado das referidas ações, a PRECE contactou a CEG, oferecendo o referi-

do lote de ações. A CEG declinou por não haver nenhuma decisão formal da empresa em relação à compra de suas próprias ações com a Corretora.

■ O leilão foi agendado, inicialmente pela BOVESPA, para 26 de janeiro de 2001, com duração de 15 minutos. Contudo, para atender a aspectos regimentais internos, a própria BOVESPA cancelou o já ocorrido e remarcou o prelo para o dia 29 de janeiro de 2001, com duração de 1 (uma) hora.

■ Com a interferência de outras corretoras, as ações foram então negociadas naquela data ao valor piso de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o lote de 1.000 ações.

■ Atipicamente, nos dias subsequentes, estas ações obtiveram sucessivos negócios que elevaram os preços a patamares bem acima do valor auferido na venda pela PRECE.

■ Em 1º de fevereiro de 2001, a CEG, tendo sido consultada pela BOVESPA, informou oficialmente que não existia naquele momento nenhum fato que pudesse justificar as oscilações das ações de sua emissão.

■ Todos os documentos que comprovam as informações acima foram anexados à carta enviada pela PRECE à CVM, em 15 de fevereiro do corrente.



Armando Costa Vieira Júnior - presidente da PRECE - Previdência Complementar

A PRECE é sabedora que o mercado esquadrinha com poderosas lupas toda e qualquer oportunidade de alavancar novas possibilidades de lucro, inclusive pela gestão de recursos de terceiros, principalmente em um ambiente com um vulto de investimentos como o dos fundos de pensão.

Assim sendo, a forma de divulgar certos fatos pode levar a opinião pública a ter uma conclusão apressada e equivocada, cuja repercussão pode inclusive ferir a idoneidade de uma Instituição, assim como a proficiência de gerentes e diretores que sempre tiveram em sua trajetória, decisões e ações que merecem tão somente nossa confiança irrestrita e profundo respeito profissional.

Continuando ainda sua busca incansável pela veracidade dos fatos, a PRECE instaurou uma auditoria acerca desta operação, que contará com representantes do Conselho de Curadores, dos sindicatos atuantes no setor de Saneamento e de auditor independente, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas que ainda possam pai-

rar sobre a lisura e a transparência das gestões da Instituição.

Desta forma, tendo inclusive comunicado oficialmente a sua posição à CVM mais de uma semana antes do início da circulação das notícias nos jornais, a PRECE faz o presente comunicado, para que seus participantes e a sociedade como um todo, de posse do conjunto das informações ora divulgadas, possam avaliar com isenção e serenidade o ocorrido com a operação de venda das ações da CEG, numa tentativa de salvaguardar não só a integridade da Instituição, como também cumprindo seu dever de alertar o mercado como um todo, para operações que possam vir ter os mais remotos vestígios de utilização de informações privilegiadas de qualquer natureza.

PRECE - Previdência Complementar
Armando Costa Vieira Júnior
Diretor Presidente

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	Carteiro <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>

